



## Investigadora está a analisar gramáticas portuguesas e brasileiras dos séculos 18 e 19

Lívia de Melo, estudante do Doutoramento em Ciências da Linguagem da UTAD e investigadora do Centro de Estudos em Letras CEL/UTAD está a estudar as gramáticas produzidas em Portugal no final do século XVIII e as primeiras gramáticas produzidas no Brasil no início do XIX. O objetivo é recolher

informação relevante para a história do ensino da língua portuguesa, à data, nos dois lados do império.

“As gramáticas revelam as ideias linguísticas e pedagógicas que predominavam em Portugal no ensino da língua portuguesa, pelo que quisemos descrever e analisar essas ideias, a fim de verificar como era o ensino em Portugal e como essas metodologias foram levadas para a implementação do ensino no Brasil” afirma a investigadora.

Sabe-se que a mudança da Família Real para o Brasil se deu em 1808, onde permaneceu até 1821, tendo estabelecido na cidade do Rio de Janeiro a Capital do Império. Essa mudança teve impacto em todo o contexto socioeconómico e cultural brasileiro, nomeadamente o educacional. Foi também uma forma de consolidar o ensino da língua portuguesa e estimular a produção de novas gramáticas no Brasil, dando origem ao “nascimento de uma linguística brasileira”.

A metodologia utilizada nesta investigação segue os “pressupostos da historiografia linguística, de analisar o texto no seu contexto, estudando uma a uma as gramáticas, e procurando compreender o contexto histórico e educacional em que foram escritas, assim como os objetivos dos respetivos autores e a avaliação dos críticos da época”, explica Livia de Melo.

Até ao momento foram descritas quatro das 10 gramáticas em estudo. Exemplos destas são a primeira gramática filosófica portuguesa, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, de 1783, que inaugura o “iluminismo linguístico” na gramaticografia portuguesa, e outra obra “raríssima e quase desconhecida” é da autoria de uma religiosa educadora do Mosteiro das Visitandinas, a primeira gramática produzida por uma mulher, voltada exclusivamente para o ensino feminino em Portugal, com publicação em 1786.

Da análise destas obras foram já obtidos dados importantes e

ainda “pouco explorados no campo da historiografia linguística”, mas, acrescenta a investigadora, será ainda necessário desenvolver um estudo específico das políticas educacionais implantadas nos dois lados do império, ou seja, um estudo da legislação portuguesa para o ensino regular, e a aplicação desta no Brasil.